



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Procuradoria-Geral do Consultivo e de Tribunais De Contas

Parecer Jurídico SEI-GDF n.º 741/2019 - PGDF/PGCONS

PARECER n.º 741/2019-PGCONS/PGDF

PROCESSO n.º 00060-00196746/2019-12

INTERESSADA: IRENE TEODORO MOREIRA

ASSUNTO: AVERBAÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO, SOB CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. PARECER Nº 723/2017 PRCON/PGDF E DECISÕES Nº 3370/2018, 4068/2017 3811/2012 DO TCDF.

AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO EM CONTRATO TEMPORÁRIO PARA FINS DE ATS APÓS 15/12/1998. INVIABILIDADE. PARECER 723/2017-PRCON/PGDF. SUGESTÃO. FORMULAÇÃO DE CONSULTA AO TCDF.

I – Na esteira do Parecer nº 723/2017-PRCON/PGDF, entende-se inviável o cômputo do tempo prestado como ocupante de cargo temporário para fins de ATS após 15/12/1998. É que, conforme se depreende desse opinativo, sendo o ocupante de cargo temporário submetido ao regime geral de previdência social -- contrariamente ao que ocorre com o servidor efetivo (submetido ao regime próprio) --, não se poderia utilizar o tempo de serviço prestado nessa condição de modo a ensejar reflexo no vencimento básico (e, conseqüentemente, na aposentadoria do servidor).

II – Nada obstante, tendo em vista o fato de que o próprio TCDF ainda não uniformizou o seu entendimento sobre o tema, recomenda-se seja encaminhada consulta a essa Corte, visando a perquirir se há direito ao cômputo de tempo de serviço em regime de contratação temporária para fins de ATS em período posterior a 15/12/1998.

Senhora Procuradora-Chefe,

RELATÓRIO

01. Em 10 de maio de 2019, a Gerência de Aposentadorias e Pensões da SES/DF encaminhou o Memorando nº 316/2019 à Assessoria de Cargos e Legislação, em que narra a existência de entendimentos divergentes entre a PGDF (Parecer nº 723/2017-PRCON) e o TCDF (Decisões nº 4.068/2017 e 3.370/2018) no que concerne à averbação de tempo de serviço prestado sob o regime de contratação temporária (Doc. 22188861). Isso porque a PGDF teria assentado que, a partir de 15/12/1998, o tempo de serviço que não fosse em cargo efetivo apenas poderia ser computado para fins de aposentadoria e disponibilidade, enquanto o TCDF considerou possível a

contagem para fins de percepção de adicional.

02. Nesse contexto, a douta Gerência formulou os seguintes questionamentos relativos à contagem de tempo dos contratados por prazo determinado para fins de ATS:

“1) Seria o caso de submeter ao TCDF consulta para esclarecer a respeito da divergência no entendimento da PGDF que leve em consideração a vinculação ao Regime Geral da Previdência Social?

ou

2) Seria o caso de verificar, junto a PGDF, se cabe rever o posicionamento do Parecer SEI – GDF nº 723/2017-PGDF/GAB/PRCO (22173776) , diante do entendimento do TCDF, conforme DECISÃO 4068/2017 (22174718) e 3370/2018 (22175143).

3) Qual dos entendimentos atuais cabe esta Gerência adotar nos casos análogos referentes à averbação para fins de adicional de tempo de serviço para Contratos Temporários enquanto não foi dirimida a questão, visto que o TCDF entende que pode ser contado para adicional e aposentadoria em qualquer tempo, e a PGDF orienta averbar para adicional apenas anterior a EC nº 20/98?”

03. Considerando que essa divergência de entendimentos seria matéria técnica, que extrapolaria a sua competência, a Assessoria de Carreiras e Legislação sugeriu a remessa dos autos à Assessoria Jurídico-Legislativa da Pasta (Doc. 22882775).

04. Sobreveio, então, a Nota Técnica nº 729/2019-SES/AJL, no sentido de que, *“apesar das notórias decisões colacionadas do Egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal que fundamentam os deferimentos de pleitos administrativos frente à matéria traçada”, a Assessoria seria favorável “ao posicionamento externado pela Douta Procuradoria-Geral do Distrito Federal, o qual norteia conforme as fundamentações acostadas anteriormente e subsidia concessão parcial de contagem do tempo de serviço sob a contratação temporária, para fins de adicional de tempo de serviço, no período de 30/03/1998 a 30/03/2000, in casu, observando-se, alfm, a data de publicação da Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998, que obstará a contagem para ATS, restando apenas a contagem exclusivamente para fins de aposentadoria e disponibilidade”* (Doc. 27635297).

05. Nada obstante, tendo em vista um possível conflito aparente de posicionamento entre a PGDF e o TCDF, recomendou-se a formulação de consulta a esta Casa, *“com o fito de se esclarecer e, em sendo o caso, harmonizar o entendimento frente à viabilidade ou não, de contagem para fins de adicional de tempo de serviço (ATS) o lapso temporal advindo de labor de servidor em regime de contratação temporária nesta Pasta, no período de 30/03/1998 a 30/03/2000”*.

06. Essa recomendação foi acatada pelo Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Saúde (Doc. 31638240).

07. É o relatório. Segue a fundamentação.

FUNDAMENTAÇÃO

08. Como se viu, a presente consulta busca perquirir se tempo de serviço prestado em regime de contrato temporário poderia ser utilizado para fins de adicional de tempo de serviço,

tendo em vista a divergência de entendimentos entre a PGDF e o TCDF.

09. Pois bem. No Parecer nº 723/2017-PRCON/PGDF, da lavra da i. Procuradora Sarah Guimarães de Matos, forte no posicionamento do TCDF (Decisão nº 1.839/2007 e Manual de Aposentadorias e Pensões do TCDF), foi assentada a impossibilidade de, após 15/12/1998, se computar tempo de serviço, que não seja em cargo efetivo, para outros fins que não aposentadoria e disponibilidade (no caso, se tratava de Adicional de Tempo de Serviço – ATS). Isso porque nos termos do artigo 40, § 13, da Constituição Federal, com redação dada pela EC nº 20/1998, “*ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social*” (grifou-se). E, sendo o ocupante de cargo temporário submetido ao regime geral de previdência social -- contrariamente ao que ocorre com o servidor efetivo (submetido ao regime próprio) --, não se poderia utilizar o tempo de serviço prestado nessa condição de modo que houvesse reflexo no vencimento básico (e, conseqüentemente, na aposentadoria do servidor). Eis a ementa desse opinativo:

“DIREITO ADMINISTRATIVO. AVERBAÇÃO. TEMPO DE SERVIÇO. CONTRATO TEMPORÁRIO. ENTENDIMENTO TCDF. DECISÃO 1839/2007. CASO CONCRETO. IMPOSSIBILIDADE PARECERES 299/2013 E 319/2014. SUGESTÃO DE REVISÃO. ART. 287 DA LC 840/2011. DECADÊNCIA. 5 ANOS DO ATO ADMINISTRATIVO.

1. Até o advento da Emenda Constitucional nº 20/1998 o serviço público prestado na Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal era contado para fins de aposentadoria e adicionais. A partir de 15/12/1998 o tempo de serviço, que não seja em cargo efetivo, é contado apenas para fins de aposentadoria e disponibilidade, conforme entendimento firmado pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal (Manual de Aposentadorias e Pensões - Resolução 299/2016).

2. A servidora interessada prestou serviço temporário entre 27/04/1999 e 31/05/2006, razão pela qual não faz jus à contagem de tempo de serviço para fins de adicional por tempo de serviço, tendo em vista que prestados após 15/12/1998.

3. Pelas mesmas razões, o serviço prestado à Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal em cargos exclusivamente em comissão até 15/12/98 são averbáveis para fins de aposentadoria e adicionais. A partir dessa data, conta-se apenas para fins de aposentadoria e desde que acompanhado da respectiva certidão expedida pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, conforme entendimento do Tribunal de Contas do Distrito Federal, razão pela qual se sugere a revisão do entendimento firmado nos pareceres 299/2013 e 319/2014.

4. As averbações concedidas em contrariedade à Lei e ao entendimento do TCDF, ora adotado, inclusive em decorrência do entendimento firmado nos pareceres acima mencionados, devem ser revistas, observando-se o direito garantido no artigo 287 da LC 840/2011, bem como o prazo decadencial de 5 anos para

revisão do ato administrativo, conforme artigo 54 da Lei 3.707/55 (aplicável ao Distrito Federal por força da Lei distrital 2.834/2001)".

10. De outra parte, nas Decisões TCDF nº 3.370/2018 e 4.068/2017, proferidas em casos específicos (e não em tese), foi ligeiramente mencionada a possibilidade do cômputo de período laborado em contrato temporário para fins de ATS. Eis o seu teor:

*"O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame, ressalvando que a regularidade das parcelas do abono provisório será verificada na forma do item I da Decisão nº 77/2007, adotada no Processo nº 24.185/2007; II – **recomendar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que alerte o servidor sobre a possibilidade de requerer a contagem do tempo de serviço prestado ao próprio órgão, sob o regime de contratação temporária, para efeito de adicionais por tempo de serviço**, devendo ser juntada, nesse caso, a declaração de tempo de serviço emitida pela Pasta, em que constem os afastamentos ocorridos no período averbado, tais como faltas, licenças médicas, entre outros; III – autorizar o arquivamento dos autos".*

*"O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – ter por cumpridas as Decisões nºs 1.401/2017 e 961/2018; II – considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame, ressalvando que a regularidade das parcelas do título de pensão será verificada na forma do item I da Decisão nº 77/2007, adotada no Processo nº 24.185/2007; III – esclarecer à Jurisdicionada que o Tribunal de Contas do Distrito Federal já entendeu possível o cômputo dos períodos de contrato temporário para fins de ATS, conforme julgado semelhante no Processo nº 18.294/2017 (Decisão nº 4.068/2017); IV – **recomendar à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal que alerte o pensionista ÍTALO GUILHERME MONTEIRO SILVA sobre a possibilidade de requerer: a) a contagem do tempo de serviço prestado pela instituidora ao próprio órgão, sob o regime de contratação temporária, para efeito de adicional por tempo de serviço, devendo ser juntada, nesse caso, a declaração de tempo de serviço emitida pelo próprio órgão, em que constem os afastamentos ocorridos no período averbado, tais como faltas, licenças médicas, entre outros; b) a averbação dos períodos de 24/05/1996 a 12/07/1996 (50 dias) e de 15/07/1996 a 21/12/1996 (160 dias), devendo ser juntadas, também nesse caso, as declarações de tempo de serviço, conforme alínea "a"; V – autorizar o arquivamento dos autos". – grifou-se –***

18. Como se vê, esse entendimento do TCDF não é suficiente para alterar a conclusão obtida no Parecer nº 723/2017-PRCON/PGDF. Isso porque as citadas decisões visaram a

solucionar casos concretos e não a orientar a Administração em geral e, sobretudo, ainda está em vigor o Manual de Aposentadorias e Pensões do TCDF (Resolução nº 299/2016), que serviu de fundamento para a emissão do aludido opinativo.

19. Assim, entende-se que deve prevalecer o entendimento exarado no Parecer nº 723/2017-PRCON/PGDF, isto é, no sentido da inviabilidade de, após 15/12/1998, se computar tempo de serviço em regime de contratação temporária para outros fins que não os de aposentadoria e disponibilidade.

20. Nada obstante, tendo em vista o fato de que o próprio TCDF ainda não uniformizou o seu entendimento sobre o tema, recomenda-se seja encaminhada consulta a essa Corte, visando a perquirir se há direito ao cômputo de tempo de serviço em regime de contratação temporária para fins de ATS em período posterior a 15/12/1998.

CONCLUSÃO

21. Isto posto, pode-se concluir que:

I – Na esteira do Parecer nº 723/2017-PRCON/PGDF, entende-se inviável o cômputo do tempo prestado como ocupante de cargo temporário para fins de ATS após 15/12/1998. É que, conforme se depreende desse opinativo, sendo o ocupante de cargo temporário submetido ao regime geral de previdência social -- contrariamente ao que ocorre com o servidor efetivo (submetido ao regime próprio) --, não se poderia utilizar o tempo de serviço prestado nessa condição de modo a ensejar reflexo no vencimento básico (e, conseqüentemente, na aposentadoria do servidor).

II – Nada obstante, tendo em vista o fato de que o próprio TCDF ainda não uniformizou o seu entendimento sobre o tema, recomenda-se seja encaminhada consulta a essa Corte, visando a perquirir se há direito ao cômputo de tempo de serviço em regime de contratação temporária para fins de ATS em período posterior a 15/12/1998.

Brasília, 27 de dezembro de 2019

Carlos Mário da Silva Velloso Filho

Subprocurador-Geral do Distrito Federal

Posteriormente, a PGDF assentou, no Parecer nº 1.164/2018-PGCONS, da lavra deste Procurador, que o artigo 5º, III, da Lei nº 5.105/2013, seria de duvidosa constitucionalidade, justamente em virtude da orientação exarada no Parecer nº 723/2017-PRCON, recomendando-se, destarte, a análise pela PRODEC.

Na Decisão nº 3.811/2012, o TCDF se limita a afirmar que seria possível o cômputo “*para efeito de percebimento de adicional por tempo de serviço, de período laborado em empresas públicas e sociedades de economia mista locais por servidor que se investiu em cargo público distrital enquanto*

vigente o art. 100 da Lei nº 8.112/90 em sua redação original (Lei nº 197/91), ou seja, até o advento da Lei nº 1.864/98".



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS MARIO DA SILVA VELLOSO FILHO - Matr.0028820-9, Procurador(a) do Distrito Federal**, em 27/12/2019, às 18:59, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **33424245** código CRC= **88B2497D**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM, Bloco I, Ed. Sede - Asa Norte, Brasília - DF - CEP 70620-000 - DF

00020-00043856/2019-13

Doc. SEI/GDF 33424245



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
Chefia - Procuradoria-Geral do Consultivo e de Tribunais de Contas

Cota de Aprovação - PGDF/PGCONS/CHEFIA
PROCESSO Nº: 00060-00196746/2019-12
MATÉRIA: Pessoal

APROVO O PARECER Nº 741/2019 PGCONS/PGDF, exarado pelo ilustre Subprocurador-Geral do Distrito Federal Carlos Mário da Silva Velloso Filho.

Acolho a sugestão de encaminhamento do processo à Procuradoria Especial de Processos dos Tribunais Superiores e Demandas Estratégicas - PROSUP, com vistas à elaboração de consulta à Corte de Contas sobre o direito ao cômputo de tempo de serviço prestado em regime de contratação temporária para fins de ATS, em período posterior a 15/12/1998.

ANA VIRGÍNIA CHRISTOFOLI
Procuradora-Chefe

De acordo.

Encaminhem-se o processo à PROSUP na forma acima proposta.

Restituam-se os autos à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, para conhecimento e providências.

SARAH GUIMARÃES DE MATOS
Procuradora-Geral Adjunta do Consultivo



Documento assinado eletronicamente por **ANA VIRGINIA CHRISTOFOLI - Matr.0047670-6, Procurador(a)-Geral Adjunta do Consultivo e de Tribunais de Contas - Substituto(a)**, em 04/02/2020, às 18:48, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **SARAH GUIMARÃES DE MATOS - Matr.174.801-7, Procurador(a)-Geral Adjunta do Consultivo e de Tribunais de Contas**, em 05/02/2020, às 15:28, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **33897649** código CRC= **777D1CCD**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM, Bloco I, Ed. Sede - Asa Norte, Brasília - DF - CEP 70620-000 - DF

